MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

22 de dezembro de 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
(X) O Estado do MA ( ) Atos e Fatos
( ) O Imparcial ( ) A tarde
( ) Pequeno ( ) Correio de Notícias
( ) Debate ( ) O quarto poder
( ) Extra ( ) Internet / Blog

EDITORIA
( ) Política (X) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) Outros
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

DATA 22 / 12 / 2016 Página 01

Após pressão, governo promete regularizar funcionários da saúde

Acordo foi firmado ontem, durante audiência realizada entre a Secretaria de Saúde e sindicatos da área e intermediada pelo Ministério Público do Trabalho

Após ameaça de paralisação feita por funcionários que prestam serviço nas Unidades de Ponto Atendimento (UPAs), por falta de pagamentos e acesso a outros direitos, o Governo do Estado prometeu ontem que fará licitação para que uma empresa terceirizada absorva os 8.709 funcionários da saúde que hoje estão com vínculos precários na rede pública estadual, incluindo as UPAs. A licitação será realizada no prazo de até 60 dias, e um concurso público deve ser realizado em até três anos. O acordo foi feito em reunião realizada entre sindicatos dos funcionários da saúde do Maranhão e a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e intermediada pelo Ministério Público do Trabalho..

Divulgação

MPT intermedeia audiência entre representantes do Governo e de sindicatos da saúde

Segundo a presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem e Trabalhadores de Saúde do Maranhão (SindSaúde), Dulce Mary dos Santos, há cerca de um ano, desde que os contratos com a organização Instituto de Cidadania e Natureza (ICN), responsável pelo fornecimento de mão de obra para as unidades de saúde, e depois com a empresa Corpore, foram suspensos, o governo emitiu um decreto absorvendo os funcionários. Mas estes vínculos são precários, sem carteira assinada ou qualquer outro tipo de garantia.

Segundo a sindicalista, a audiência foi uma vitória, já que há mais de um ano as entidades sindicais vêm brigando para garantir os direitos dos trabalhadores e resolver a situação precária, que causa diversos transtornos, tais como atrasos salariais. O 13º salário, por exemplo, só foi pago no último dia 20 após mobilização dos trabalhadores, sindicatos e uma grande divulgação na imprensa. "Enfim, conseguimos dar encaminhamento ao problema e só temos que agradecer à imprensa, que nos ajudou nesse momento", afirmou Dulce Mary.

Com essa medida, e somente após a assinatura dos contratos, os trabalhadores passam a gozar de todos os direitos trabalhistas, tais como: férias, FGTS, INSS, 13º salário, piso salarial, etc.

Estiveram presentes à audiência, conduzida pelo procurador do Trabalho Marcos Sérgio Castelo Branco, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia; o secretário estadual de Saúde, Carlos Lula, e representantes do Sindsaúde-MA e do Sindicato dos Enfermeiros do Maranhão.

Seletivo

O secretário de Saúde, Carlos Lula, ainda disse que o seletivo público nº 03/2015, realizado pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), será prorrogado até dezembro de 2017, e que as vagas serão preenchidas nos termos do art 2º do Decreto 31.052/2015. Além disso, a EMSERH pretende contratar 20% do número total de vagas ainda no primeiro semestre de 2017 e mais 20% no segundo semestre. ●

SAIBA MAIS

Na segunda-feira, dia 19, os sindicatos ligados aos funcionários da saúde deram um ultimato para que o governo realizasse o pagamento do 13º salário dos empregados e corrigisse o problema dos vínculos precários. Caso isso não ocorresse, uma greve geral seria deflagrada em todo o estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política (X) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 22 / 12 / 2016 Página 02		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Com coleta ineficiente, lixo se acumula em vias de SL

Em diversos bairros há acúmulo de dejetos em portas de casas, calçadas e canteiros centrais de ruas e avenidas; Prefeitura ainda não se pronunciou sobre o assunto, apesar de ter sido procurada por O Estado

São Luís segue cheia de lixos por todos os cantos. Ao que parece, apesar de a Prefeitura de São Luís ainda não ter se pronunciado, a coleta regular de lixo não está sendo realizada. O resultado é que sacos de lixo, que deveriam ser recolhidos, estão se acumulando nas portas das casas, nas esquinas e nos canteiros centrais de ruas e avenidas.

Isso porque as pessoas retiram os lixos das portas de suas casas e acumulam em outros lugares. Por vários bairros é possível ver carrinhos de mão serem carregados de dejetos, que são despejados onde já existe mais lixo.

Até o momento, ninguém falou nada a respeito da falha na coleta do lixo.No dia 8 deste mês, O Estado mostrou que a Prefeitura tem débitos de quase R$ 20 milhões com a empresa prestadora de serviço de coleta, transporte de lixo e saneamento. Esse débito está sendo pago parceladamente, conforme mostra o portal da Transparência da Prefeitura.

Em novembro, cerca de 250 agentes de limpeza pública foram demitidos logo nos primeiros dias do mês. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), essas demissões podem ser influência direta dos débitos, já que, com menos dinheiro em caixa, as empresas são obrigadas a recorrer a empréstimos para garantir o pagamento de funcionários e fornecedores. Esses empréstimos acabam gerando juros que não estavam previstos no orçamento inicial do contrato.●

Fotos/Biné Morais

Homem carrega lixo em carro de mão e se dirige para calçada, em que já há grande acúmulo, na Av. Luiz Rocha

Parte de ladeira no Monte Castelo já está tomada por lixo, provocando transtornos a moradores e motoristas

MAIS

Prefeitura não se pronuncia

O Estado solicitou informações da Prefeitura sobre a situação da coleta de lixo na capital, mas até o fechamento desta edição não foi enviada resposta.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
(X) O Estado do MA
( ) O Imparcial
( ) Pequeno
( ) Debate
( ) Extra
( ) Atos e Fatos
( ) A tarde
( ) Correio de Notícias
( ) O quarto poder
( ) Internet / Blog

EDITORIA
( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
(X) Outros Vida

DATA 22 / 12 / 2016 Página 01
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Esgoto clandestino causa mancha na Ponta d'Areia

Faixa de areia que fica nas proximidades do Rio Poty Hotel estava com uma mancha escura devido à grande quantidade de poluição, que, segundo a Caema, a qual esteve no local, trata-se de esgoto clandestino em rede de drenagem

LUIS FURTADO
ESPECIAL O IMPARCIAL

Uma imagem assustou moradores da Avenida dos Holandeses, no bairro da Ponta d'Areia, em São Luís, no início da manhã de ontem. A faixa de areia que fica nas proximidades do Rio Poty Hotel estava com uma mancha escura devido à grande quantidade de sujeira que estava sendo despejada por esgoto naquela região.

A sinalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) indica que o ponto é impróprio para banho por conta da alta taxa de coliformes fecais que existem na água, segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 274/00. Porém, apesar de a área já ter precedentes relacionados aos altos números de poluição, principalmente pelo grande número de hotéis e condomínios que estão à beira-mar, muitas pessoas se assustaram com a imagem divulgada em uma rede social por uma moradora das adjacências.

Ricardo Gomes, servidor público que mora na região, conta que já se acostumou com a paisagem de poluição das redondezas e lamenta de seus filhos não poderem usufruir das praias por conta do perigo de contaminação. "Eu sou de um tempo em que as praias daqui eram todas limpinhas. Vinha com amigos jogar bola aqui na Ponta d'Areia ou na Praia de São Marcos e sempre tomava um banho de mar no final do jogo. Infelizmente, hoje em dia, não tenho mais coragem de entrar na água, e meus filhos, que têm uma praia perto de casa como esta, não podem nem chegar perto, porque o esgoto é 24 horas por dia", conta Ricardo.

A sinalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente indica que o ponto é impróprio para banho por conta da alta taxa de coliformes fecais

> Eu já vi isso aqui sujo, na verdade quase que diariamente, nunca ninguém resolve isso, só fica caindo esgoto o tempo todo. É só olhar. Hoje estava muito sujo, mas aí a maré enche e vai levando tudo. Se você vier de tarde aqui, já não vê do mesmo jeito, é uma nojeira
>
> **Maria Eugênia Silva,** vendedora de água de coco

NOTA CAEMA

Em nota, a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (Caema) informou que, assim que a denúncia foi feita, a Companhia tomou providências imediatas para apurar o ocorrido e constatou que se tratava de esgoto clandestino em rede de drenagem, ou seja, não parte de rede de esgoto da Companhia. Mesmo não tendo relação com as causas do ocorrido, a Caema enviou uma equipe ao local para colaborar com a resolução do problema.

A Caema informou ainda que o programa Mais Saneamento, executado pela Companhia, já entregou uma das maiores Estações de Tratamento do Nordeste e mais de 80km de redes e interceptores novos, o que gerou a retomada das condições de balneabilidade de muitas praias da cidade, depois de quase uma década, bem como a despoluição de rios. Além disso, muitos equipamentos estão em obras. O objetivo do programa é mudar a realidade do tratamento de esgoto na capital, saltando de 4%, referente ao início de 2015, para 70% até 2018.

Muitas pessoas se assustaram com a imagem da mancha, que foi divulgada em rede social por uma moradora

Cuidados

Com o período de chuvas, o cuidado deve ser redobrado por conta das galerias de águas pluviais que podem despejar impurezas em maior quantidade. O recomendado pela Conama é evitar banhos nas águas das praias que forem classificadas como impróprias, principalmente depois de chuvas fortes. Também nunca se deve entrar na água caso se verifique a presença de substâncias estranhas ou parecidas com manchas de óleo.

As doenças relacionadas ao banho, em geral, não são graves. A mais comum delas é a gastroenterite, que pode causar enjoo, vômitos, dores de estômago, diarreia, dor de cabeça e febre. Mas em locais muito contaminados os banhistas podem estar sujeitos a doenças mais graves, como disenteria, hepatite A, cólera e febre tifoide. Geralmente, crianças e idosos, ou pessoas com baixa resistência, devem ter mais cuidado por serem mais suscetíveis a contrair doenças por meio da água contaminada.

Maria Eugênia Silva, de 41 anos, que vende água de coco na praia, conta que já havia visto outras vezes manchas de sujeira na praia, mas que desta vez o tamanho da poluição era maior. "Eu já vi isso aqui sujo, na verdade quase que diariamente, nunca ninguém resolve isso, só fica caindo esgoto o tempo todo. É só olhar. Hoje estava muito sujo, mas aí a maré enche e vai levando tudo. Se você vier de tarde aqui, já não vê do mesmo jeito, é uma nojeira", explica Maria.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página capa		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

CGU denuncia

Três municípios desviaram recursos da merenda e do transporte escolar no MA

Francisco Silva

Representantes da Controladoria-Geral da União e de outros órgãos de controle explicam auditoria realizada em municípios maranhenses

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
(X) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	(X) Outros Vida
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 22 / 12 / 2016 Página 02		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

EDUCAÇÃO

Escolas dos municípios são requalificadas

Educação de qualidade passa por ambientes escolares adequados, motivação dos estudantes e valorização dos educadores. Para contemplar esta área, que é uma das prioridades da Prefeitura de São Luís, vem sendo executado um pacote de projetos que inclui melhorias estruturais em mais de 70 escolas em vários bairros da capital. São serviços de requalificação, recuperação e manutenção de estrutura física de dezenas de escolas da capital maranhense.

Os serviços de requalificação incluem substituição das instalações elétricas e hidráulicas, piso, telhado, forro, pintura nova e, nos casos necessários, troca de ventiladores, lâmpadas e substituição de mobiliário escolar avariado. Só este ano, as obras já beneficiaram mais de 62 mil estudantes da rede municipal de São Luís.

O titular da Secretaria Municipal de Educação (Semed), Moacir Feitosa, reforçou que o objetivo é entregar às comunidades ambientes escolares renovados. "Com a requalificação destas unidades de ensino, estamos atendendo a anseios antigos das comunidades, proporcionando ambientes com condições de aprendizado adequadas para os estudantes e condições de trabalho dignas para os educadores. Assim, trabalhamos para cumprir a determinação do prefeito Edivaldo de valorizar a educação, os professores e os estudantes, como a população de São Luís merece e precisa", disse o secretário.

Do conjunto de escolas, parte está com os trabalhos concluídos e os estudantes já usufruem as melhorias realizadas.

Requalificação

Outra escola que está passado por requalificação é a U.E.B. Alberto Pinheiro, no Centro. Uma demanda antiga da comunidade escolar, a unidade está com serviços em fase de conclusão, com instalação das divisórias das salas de aula e acabamentos no prédio da Educação Infantil. A unidade estava com a estrutura bastante precária e apresentava rachaduras nas paredes, desgaste de itens de ferro e outros problemas de ordem física. Para reforçar a sustentação do prédio, que estava em risco, foram construídos 30 pilares.

Em algumas salas da escola as paredes precisaram ser refeitas e o o piso, totalmente trocado. A escola também ganha novo telhado, melhorias nos banheiros e instalações elétricas e hidráulicas. Janelas, portas e gradeados também estão sendo substituídos. A quadra está recebendo pintura nova e melhorias no piso. Os trabalhos vêm acontecendo sem prejuízo ao calendário escolar, uma vez que a unidade de ensino prossegue as atividades em um outro prédio, também localizado no Centro. Passam ainda por requalificação escolas nos bairros Cidade Operária, Anil, Coroadinho, Itaqui Bacanga, Turu, Bequimão e zona rural.

REDE PÚBLICA

Matrícula escolar oferece sistema informatizado

O processo de matrícula para os alunos que ingressarão na 1ª série do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Maranhão passou a ser 100% informatizado este ano. O acesso à pré-matrícula está sendo feito on-line pelo endereço eletrônico www.ma.gov.br/matricula2017 e se estende até o próximo dia 30. Para 2017 estão sendo ofertadas 130 mil vagas em 719 escolas da Rede Estadual.

O período de pré-matrícula on-line pelo endereço eletrônico é destinado a quem concluiu ou está concluindo o 9º ano do Ensino Fundamental em escolas regulamentadas das redes federal, estadual, municipal ou privada.

"Esse novo modelo é totalmente informatizado e propicia ao aluno ter uma visão plena, sobre todas as escolas que estão disponíveis para matrícula. O diferencial é que ele faz tudo isso pela internet e somente no segundo momento é que ele vai confirmar o que alegou pela internet nas escolas, quando eles levarão a documentação original e as cópias", comentou a professora Silvana Machado, superintendente de Educação Básica da Seduc.

No primeiro momento, quando ocorre a pré-matrícula, os alunos poderão optar por uma das escolas estaduais, exceto as unidades escolares das modalidades de Educação do Campo, Educação Especial, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação de Jovens e Adultos; Centros de Educação Integral e escolas conveniadas. Em todas essas, o estudante deverá procurar a coordenação da escola.

Ao selecionar a escola, o estudante automaticamente assume a vaga disponível na escola de sua preferência. Cada estudante só poderá solicitar pré-matrícula em uma única escola. As vagas obedecerão à ordem de acesso ao sistema de matrícula. Após o encerramento do período da pré-matrícula, o estudante receberá a confirmação no próprio sistema de que sua pré-matrícula foi realizada com sucesso.

No segundo momento, o estudante será direcionado à escola previamente escolhida, onde terá sua matrícula validada com a entrega da documentação na unidade de ensino. Caso sejam detectadas inconsistências nos dados fornecidos ou a omissão de informações requeridas, o estudante terá sua pré-matrícula cancelada, e poderá aguardar uma 2ª chamada.

Em caso de dificuldade de algum estudante em acessar a internet, a Seduc disponibilizou 19 pontos de apoio para a realização da pré-matrícula. A lista dos locais com os respectivos endereços está disponível no Portal da Secretaria.

Atenção aos prazos

Pré-Matrícula: de 19 de dezembro às 8 horas, a 30 de dezembro de 2016 às 23 horas 59 minutos. Matrícula na escola com apresentação da documentação: de 2 de janeiro às 8 horas a 13 de janeiro de 2017 às 18 horas.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 04		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Audiência pública discute falta de água em bairros de Carutapera

Promotor Luciano Canavarro sugeriu a criação de uma associação de moradores, visando promover o uso racional da água e evitar o desperdício

CARUTAPERA

A Promotoria de Justiça da Comarca de Carutapera promoveu, na última quarta-feira, no Salão do Apostolado da Oração, uma audiência pública para discutir a constante falta de água nos bairros Aparecida e Santa Rita, do referido município. Participaram da reunião o promotor de Justiça Luciano Ramos Canavarro Costa, titular da comarca; o prefeito eleito André Dourado; representantes do Executivo e Legislativo municipais, além de moradores dos bairros afetados pelo problema.

Os moradores do bairro Aparecida informaram que há um poço - construído dentro do terreno da escola da Vila Dourado - que abastece a maior parte do bairro e que alguns moradores são beneficiados por ligações clandestinas.

Situação semelhante vivem os residentes do bairro Santa Rita: o poço do bairro fica localizado dentro do quintal da escola Oralinda Freitas e não é suficiente para fornecer água para a população. Na área, também há ligações clandestinas.

Na audiência, foi lembrado que já houve reunião na Promotoria de Justiça, com a presença do prefeito Amim Quemel, em que fora firmado compromisso de sanar a falta de água, mas os problemas continuaram.

Motivo foi constante falta do produto

Moradores de diversos bairros participaram

Haverá fiscalização de servidores

Providências

O vereador eleito José Carlos apresentou cópias de ofícios enviados à Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), solicitando a realização de audiência pública para discutir o problema. O prefeito eleito André Dourado disse que serão necessárias ações imediatas para resolver a demanda e que tomará medidas logo que for empossado.

Ficou acordado que a prefeitura realizará imediatamente uma vistoria nos bairros para detectar e coibir as ligações clandestinas. A fiscalização deverá ser feita por servidores municipais, voluntários da comunidade (devidamente cadastrados) e, se necessário, representantes do Ministério Público e da Delegacia de Polícia.

Após a fiscalização e levantamento das possíveis ações resolutivas, um relatório deverá ser encaminhado ao MPMA, no prazo máximo de 15 dias, com o detalhamento das providências a serem tomadas.

Na ocasião, o promotor de Justiça Luciano Canavarro sugeriu a criação de uma associação de moradores, com o intuito de promover o uso racional da água e evitar o desperdício, outro problema relatado por alguns moradores.

"A audiência pública revela-se como um poderoso instrumento de solução extrajudicial para estes litígios", concluiu Luciano Canavarro. O município de Carutapera fica localizado a 560 km de São Luís. ●

Divulgação

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 05		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Polícia prende mais um suspeito pela morte de vereador

Francisco Gama, presidente da Câmara de Vereadores de Godofredo Viana, foi preso ontem

Divulgação

A Polícia Civil prendeu na manhã de ontem o atual presidente da Câmara dos Vereadores do município de Godofredo Viana (distante aproximadamente 850 km de São Luís). Francisco do Nascimento Gama foi detido como um dos suspeitos de ter mandado executar o vereador eleito da cidade, César Augusto Miranda, conhecido como Zé da Farmácia, crime esse que aconteceu no dia 7 deste mês, logo após a diplomação dos eleitos no município.

A informação foi repassada pelo delegado regional de Zé Doca, Samuel Farias, que está coordenando as investigações sobre o caso. De acordo com as informações colhidas pela polícia, o assassinato de Zé da Farmácia tem ligações políticas.

Conforme as investigações, Francisco Nascimento Gama estaria pressionado César Augusto, o Zé da Farmácia, para receber o seu apoio com o objetivo de permanecer à frente da Câmara de Vereadores da cidade. Como não conseguiu e, após haver divergência entre os dois, Gama também arquitetou a execução do seu desafeto.

Suplente

No dia 11 deste mês, a polícia prendeu José Gomes da Silva, o *Zé Bode*, suplente de Zé da Farmácia, que foi um dos autores da execução de César Augusto. Ele planejou a execução porque queria ficar com a vaga da vítima no Legislativo municipal. Naquele dia, os policiais também prenderiam Francisco do Nascimento, mas ele não foi localizado.

De acordo com as investigações da polícia, o assassinato de Zé da Farmácia, no dia 7, foi praticado por duas pessoas, que estavam em uma motocicleta. A vítima estava fechando o seu estabelecimento comercial quando os executores chegaram ao local. A pessoa que estava na garupa da moto disparou vários tiros contra César Augusto, que morreu no local. Logo em seguida, os criminosos fugiram.

Francisco do Nascimento Gama teria planejado o homicídio

Com o desenvolvimento das investigações, a polícia chegou até o nome de José Gomes da Silva, suplente do vereador eleito César Augusto, como o mandante do crime, uma vez que ele queria assumir a vaga no Legislativo municipal. Já ontem, a polícia prendeu Francisco do Nascimento, apontado como o outro mandante do crime.

As investigações prosseguem agora, no sentido de encontrar as duas pessoas que estavam na motocicleta e foram as autoras da execução do vereador eleito, assim como outras pessoas possivelmente envolvidas no delito. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos
( ) O Imparcial	( ) A tarde
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias
( ) Debate	( ) O quarto poder
( ) Extra	( ) Internet / Blog

EDITORIA

( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia

( ) Outros

DATA 22 / 12 / 2016 Página 05

( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Policiais envolvidos na operação de Balsas estão de volta à atividade

Enquanto se estender o inquérito, os policias estão desenvolvendo atividades administrativas dentro do quartel; para o comandante do 4º BPM, esses militares não devem ser tratados como bandidos

Alguns dos policiais envolvidos na operação na cidade de Balsas, que resultou na morte da jovem Karina Brito Ferreira, de 23 anos, estão de volta à atividade, mas exercendo funções administrativas. A informação foi repassada pelo tenente-coronel Juarez Medeiros, comandante do 4º Batalhão de Polícia (4º BPM).

Enquanto se estender o inquérito, esses policiais ficarão afastados temporariamente das operações de rua, mas exercerão funções administrativas dentro do quartel do batalhão de polícia.

Ao todo, 26 policiais estavam envolvidos na operação de busca dos assaltantes da agência bancária de Fortaleza dos Nogueiras que resultou na morte de Karina Brito, na madruga do dia 15. Entre esses agentes estavam policias militares e civis, mas o tenente-coronel Medeiros se referiu apenas aos policiais do seu batalhão, que exercem as atividades administrativas.

Ele disse também que os policiais que participaram da operação não devem ser tratados como bandidos. "Foi um acidente o que aconteceu. O carro foi confundido. Não podemos de forma alguma tratar os policiais como se fossem bandidos", disse o comandante.

Missa

Ontem aconteceu a missa de sétimo dia de Karina Brito. Familiares e amigos ainda estão bastante indignados com a situação. Na terça-feira, dia 20, Kamila Brito, irmã da vítima, prestou depoimento na delegacia da cidade de Balsas.

No dia 15, Kamila e Karina Brito estavam vindo de um velório e indo para casa quando foram confundidas com criminosos, e então iniciou-se a perseguição policial. Kamila foi atingida no braço com um tiro, enquanto a sua irmã, Karina, morreu baleada dento do automóvel.

A versão da Secretaria de Segurança Pública (SSP) é a de que as duas teriam furado uma barreira policial feita por viaturas caracterizadas e por isso foram perseguidas. Já Kamila Brito afirma que em nenhum momento furou essa barreira e, durante todo o tempo, foi perseguida por carros sem qualquer tipo de identificação da polícia. ●

Corpo é encontrado no bairro Bequimão

Cadáver foi localizado por moradores de um condomínio; havia sinais de espancamento

O corpo de um homem foi encontrado no bairro Bequimão, em São Luís, nas proximidades de um conjunto de apartamentos. O cadáver foi recolhido para o Instituto Médico Legal (IML) e, até o encerramento desta página, permanecia sem identificação.

O cadáver foi encontrado pelos moradores do condomínio logo no início da manhã, dentro de um bueiro, cercado por grande quantidade de lixo. O caso foi registrado por policiais do 8º Batalhão de Polícia Militar (8º BPM), responsável por fazer o patrulhamento na região.

O homem estava usando uma camisa preta e uma bermuda jeans azul. Aparentemente, não havia sinais de arma de fogo. No entanto, apresentava marcas de agressão física no rosto. Havia uma grande mancha roxa na testa, possivelmente ocasionada por uma forte pancada.

Peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) estiveram no local e, após os levantamentos periciais, o corpo foi levado para o IML, onde permanecia sem identificação até o início da noite de ontem. A polícia acredita que a vítima não morava na região, uma vez que ninguém na área a conhecia.

Desconhecido foi achado morto em uma área de muito lixo

Outros

Outros homicídios também foram registrados na Região Metropolitana de São Luís. Na noite de terça-feira, no bairro Recanto Verde, policiais registraram a morte de Railton Oliveira de Oliveira, de 19 anos. Pouco tempo depois, por meio das diligências realizadas por policiais, foram detidos Rogerisvaldo da Silva Pessoa, de 26 anos, e Edivandro Sousa, de 20 anos, apontados como suspeitos do delito. Os dois foram encaminhados para a delegacia para os procedimentos cabíveis.

Já no bairro Maracanã, foi registrada a morte de Darlleson Silva Braga, de 16 anos. O jovem foi alvejado com um tiro no peito na porta da sua residência. Ele ainda foi socorrido por uma ambulância para o Socorrinho do Maracanã, mas chegou sem vida. A polícia está à procura dos responsáveis pelo delito. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia
		( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 05		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Vereador tem R$ 7 mil roubados em assalto

Márcio Rego Barbosa foi abordado na estrada pelo criminoso, que estava em uma moto

O presidente da Câmara Municipal de Satubinha (distante aproximadamente 300 km de São Luís), vereador Márcio Rego Barbosa, o Márcio Vital (PV), foi vítima de uma emboscada. Um criminoso levou do parlamentar a quantia aproximada de R$ 7 mil. O caso já foi comunicado às autoridades policiais da região.

A ocorrência foi registrada no fim da tarde de terça-feira, 20. Conforme informou a **O Estado**, o vereador estava vindo da cidade de Pio XII com o dinheiro, que seria utilizado para o pagamento de alguns vereadores de Satubinha.

O parlamentar estava em seu veículo, na companhia de um secretário. Ele vinha trafegando pela BR-316 e, no momento em que pegou a rodovia estadual em direção ao seu município, foi abordado por uma pessoa em uma motocicleta, de arma em punho.

Assalto

O criminoso fez dois disparos, que atingiram o veículo do vereador. Em seguida, ordenou que os dois ocupantes do veículo abaixassem a cabeça e pegou o dinheiro. O assaltante também levou os pertencentes de Márcio Vital e do seu secretário.

"Quando ele atirou, eu levei o carro para o acostamento. Não consegui identificar a motocicleta. Ele [o assaltante] estava usando um capacete com a viseira preta, uma camisa de manga comprida e uma calça", relatou o vereador.

O parlamentar não suspeita de alguém especificamente que tenha sido o responsável pelo caso. "Com certeza foi alguém que conhecia a minha rota e o que eu fazia", disse. O caso foi registrado na delegacia de Satubinha e a polícia já iniciou as investigações sobre a ocorrência, mas até o momento ninguém foi preso.

Prisão

Por meio de duas ações, a Polícia Civil prendeu Daniel Costa Azevedo Figueiredo e Francisco das Chagas Vieira da Silva, suspeitos de cometerem crimes contra a mulher. Os casos aconteceram nas cidades de São José de Ribamar e Bacabal.

O primeiro caso foi na segunda-feira, 19, em São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís, e resultou na prisão de Daniel Costa Azevedo Figueiredo. O delegado Jader Alves, denúncias relataram que o suspeito estaria agredindo fisicamente e moralmente sua companheira, uma adolescente, lesionando ela com uma faca e facão, além de fazer ameaças de morte.

Na segunda ação, ocorrida terça-feira, 20, uma equipe da 16ª Delegacia Regional de Bacabal, diante de um cumprimento de mandado de prisão temporária, prendeu Francisco das Chagas Vieira da Silva pelo crime de sequestro de sua ex-companheira, ocorrido no centro de Bacabal, na região do Médio Mearim.

O delegado Elson Ramos informou a vítima do sequestro estaria em um cativeiro localizado no interior de uma oficina mecânica. Em posse dos fatos e da ordem de prisão, uma equipe de investigadores se deslocou ao local onde foi constatada a veracidade do caso, sendo logo decretada a prisão do suspeito.●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 04		(X) Gerada ( ) Espontânea (X) Positiva ( ) Negativa

MP pede anulação de licitação em Riachão

Foi pedida também a anulação do contrato com o Instituto de Estudos Pesquisas e Desenvolvimento

Recomendação da Promotoria de Justiça da Comarca de Riachão, no dia 19 deste mês, requer ao prefeito Crisógono Rodrigues Vieira e ao presidente da Câmara de Vereadores, Aruilton Paz Gomes para que seja declarada a nulidade do processo licitatório, na modalidade pregão, que iniciou o concurso público para o Executivo e Legislativo municipais.

Foi recomendada também a anulação do contrato firmado com o Instituto de Estudos Pesquisas e Desenvolvimento Municipal (IEPDM), incluindo a declaração de nulidade do Edital nº 1/2016, que autorizou a abertura do certame.

A Recomendação pede igualmente a imediata devolução dos valores arrecadados com as inscrições, que iniciaram no dia 13 de dezembro, com previsão de encerramento em 28 do mesmo mês. Todas as medidas devem ser tomadas no prazo de cinco dias. A manifestação ministerial foi expedida pelo promotor de Justiça Adoniran Souza Guimarães.

Irregularidades

Consta no documento que o objeto contratual – realização de concursos públicos –, por se tratar de serviço de natureza intelectual, não se enquadra no conceito de serviço comum, requisito básico para a adoção da modalidade pregão.

A Lei nº 10.520/02 estabelece em seu artigo 1º que o processo licitatório na modalidade pregão, cuja seleção é feita pelo menor preço, somente poderá ser utilizado para serviços comuns. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	(X) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 22 / 12 / 2016 Página 03		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Assembleia autoriza mais empréstimo ao governo

Esta é a quinta operação de crédito que os deputados autorizam a gestão Flávio Dino a tomar

A Assembleia Legislativa aprovou ontem o Projeto de Lei nº 222/2016, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil, com a garantia da União, até o valor de R$ 52,6 milhões no âmbito da linha de financiamento "Operações Recursos Próprios BB", destinados ao Programa Maranhão Mais Justo e Competitivo – Infraestrutura, para aplicação no setor de transportes (aquisição de motoniveladoras).

A deputada Andrea Murad (PMDB) antecipou logo seu voto contra o projeto do governo. O deputado Adriano Sarney advertiu que o Governo do Maranhão corre risco de endividamento excessivo.

Deputado alertou para nível de endividamento

"O governador Flávio Dino recebeu o Governo do Estado com um dos menores endividamentos do Brasil, referente a 55% da receita corrente líquida. No final de 2015, já passou para quase 70% desse valor. Há um regulamento do Senado Federal que permite endividamento de até 200%. O Maranhão permanece um estado com um endividamento baixo, porém crescente. Então, é importante que tenhamos essa consciência", advertiu Adriano Sarney.

O deputado Alexandre Almeida também anunciou voto a favor do projeto, mas fez ressalvas à postura do governo: "Já estamos caminhando para o quinto empréstimo solicitado pelo atual governo. Mais uma vez eu irei votar a favor, até porque entendo que o empréstimo é também um instrumento que o Estado tem para fazer alguns investimentos. Mas no projeto apresentado pelo governo não consta taxa de juros, não consta o prazo de carência, enfim, as informações técnicas que devem constar em um projeto de empréstimo", observou.

O deputado Eduardo Braide afirmou que, como se trata de um empréstimo para a aquisição de motoniveladoras para recuperação de estradas vicinais, que seja feito um critério objetivo para aplicação destes recursos.

"Que sejam contemplados os municípios que realmente tenham a maior necessidade, que tenham a sua zona rural maior e não um critério político para a escolha da entrega desses equipamentos. Cabe a esta Casa também, além de autorizar o empréstimo, fazer a fiscalização e a correta aplicação desses recursos", observou Braide.

O deputado Levi Pontes disse ter a certeza de que mais este empréstimo, da mesma forma que os empréstimos anteriores, também será em benefício do povo do Maranhão.

"Eu acho que este é um empréstimo em benefício do nosso tão carente estado, que precisa desses recursos", salientou.●

Arquivo

Autor do projeto, Adriano Sarney confere termos do convênio

Assinado convênio para atualização dos limites no MA

Caberá ao Governo do Estado a elaboração de estudos que embasarão a Assembleia na tomada de decisões

A Assembleia Legislativa assinou ontem acordo de cooperação técnica com o Governo do Estado, para a execução do projeto de atualização das divisas intermunicipais do Maranhão. A iniciativa é um passo importante para a demarcação dos limites entre os municípios como, por exemplo, aqueles que integram a Região Metropolitana de São Luís.

O convênio foi assinado pelo presidente da Comissão de Assuntos Municipais, Adriano Sarney (PV), pelo vice-presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), e pelo diretor de Estudos Cartográficos e Ambientais do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), Josiel Ribeiro.

Caberá ao Governo do Estado, por meio do Imesc, e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a realização dos estudos técnicos. Já o papel da Assembleia será o de elaborar leis relativas às atualizações nos municípios que têm problemas com a demarcação de limites, além de fazer a intermediação.

"É um momento histórico no Maranhão, para que a gente possa resolver de uma vez por todas essa problemática dos limites, em especial da Grande São Luís. Já existem estudos do Imesc com o IBGE sobre a atualização desses limites, mas precisamos concretizá-los em forma de lei", ressaltou Adriano.

Segundo o diretor do Imesc, esse é um trabalho que vem sendo realizado em conjunto com o IBGE desde 2009. "Outros estados da Federação já têm esse tripé entre o IBGE, o estado e as assembleias. Todos os municípios maranhenses praticamente passam por essa situação. Já atuamos em 40% dos municípios, e esse projeto tem cinco anos de vigência. Mas acreditamos que agora, com o apoio da Assembleia, daremos uma acelerada", garantiu. ●

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos (X) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 07		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Mais de 5 toneladas de drogas foram retiradas das ruas no Maranhão em 2016

No período de janeiro à segunda semana de dezembro de 2016 a apreensão de drogas realizada pelas polícias Civil e Militar no Maranhão foi de 5,6 toneladas. O total corresponde ao somatório de crack, cocaína e maconha retirados de circulação em todo o estado, o valor é mais que o dobro do que era retirado das ruas em 2014, quando foram apreendidas 2,4 toneladas dos mesmos entorpecentes.

"Este crescimento significa que a investigação especializada e os esforços realizados pelo Governo do Maranhão para combater o crime organizado têm dado resultados. Com essas apreensões o tráfico tem suas forças diminuídas, uma vez que o recurso resultante da venda dessa droga é que financia as práticas criminosas e a compra de armas de fogo pelas facções que ao longo dos últimos anos tinham se instalado aqui no estado", explicou o delegado Geral de Polícia Civil, Lawrence Pereira.

Redução de poderio das facções que pode ser contabilizado em valores monetários. De acordo com a estimativa da Superintendência Estadual de Combate ao Narcotráfico (Senarc), a avaliação das drogas apreendidas até agora ultrapassa os R$ 10 milhões. Além disso, mais de 220 pessoas foram, e mais de 40 armas apreendidas, entre elas metralhadoras, fuzis e outras de grosso calibre.

Sobre as drogas, apenas em 2016 foram 3,8 toneladas de maconha, 523 kg de crack e 52 kg de cocaína. Para se ter ideia do crescimento no total de apreensões, em 2014 eram apreendidos2,3 toneladas de maconha; 98 kg de crack e 57 kg de cocaína.

Especialização - As operações para apreensões de drogas têm sido realizadas pela Polícia Militar e pelas Superintendências Estadual de Investigações Criminais (SEIC) e de Combate ao Narcotráfico (Senarc), essa última criada especialmente para o combate desses crimes.

"Pode-se dizer que a criação da Senarc na gestão do governador Flávio Dino é um marco. Só a apreensão de crack, por exemplo, cresceu 300%. E isso é possível porque esse tipo de crime passou a ser tratado da maneira correta, temos uma superintendência, com Departamento de Capital e Interior e policiais e estrutura voltadas especificamente para identificação de rotas e busca dos grandes distribuidores, o que faz a diferença nessa quantidade de apreensões", explicou o delegado Carlos Alessandro, titular da Senarc.

Ainda de acordo com o delegado, a quantidade de apreensões tem impactos diretos na configuração de outros índices de criminalidade, como o CVLI (Crimes Violentos Letais e Intencionais) e o de homicídios que já apresentam mais de 20% de redução no comparativo entre 2016 e 2014.

"Esse dinheiro (R$ 10 milhões) que retiramos dessas quadrilhas, além das prisões que são feitas, desestruturam o crime organizado. Eles não podem se equipar, comprar novas armas, carros e principalmente cooptar novas pessoas, especialmente os adolescentes que são atraídos pelas promessas de dinheiro", explicou o delegado.

Denúncias - Carlos Alessandro também destaca o aumento da participação popular nas apreensões com o uso do Disque-Denúncia e também do número utilizado pela Senarc no aplicativo WhatsApp, (98) 9.9163-4899.

Na última terça-feira, 13, por exemplo, a polícia apreendeu 80kg de maconha e prendeu três pessoas em um ponto de distribuição de drogas que funcionava no bairro do São Cristóvão, na Avenida Santos Dumont. A denúncia veio de populares, por meio do WhastApp. "As pessoas veem que dá resultado e por isso elas denunciam mais", comentou o delegado.

Além das intensificações das operações, para 2017 a Senarc planeja realizar o trabalho de prevenção em parceria com a Polícia Militar em bairros e escolas da capital e interior do estado. "Já temos o uso dos cães farejadores que acabaram de chegar, continuamos usando a inteligência para o mapeamento das rotas do tráfico e vamos atuar mais diretamente com a Polícia Militar em escolas para evitar que jovens e adolescentes não apenas consumam como também se tornem elementos desse tráfico", informou Carlos Alessandro.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 03		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

PMs para Cururupu

O juiz Douglas Lima da Guia concedeu tutela de urgência, determinando que a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão envie, no prazo máximo de 60 dias, no mínimo 24 policiais militares a Cururupu e Serrano (termo judiciário da comarca).

A providência deve ser tomada mediante lotação, remoção, nomeação ou qualquer outra forma legal de investidura. Os PMs devem atuar na comarca em 4 equipes de 6 policiais cada, em sistema de revezamento.

4º afastamento

Pela 4ª vez neste ano, a Justiça determinou, ontem (21), por improbidade administrativa, o afastamento do prefeito do município de Godofredo Viana, Marcelo Jorge Torres (PDT). Também foi decretada a indisponibilidade dos bens do gestor até o valor de R$ 436,2 mil, valor do prejuízo causado aos cofres do município, de acordo com o MP.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
		( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 03		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Promulgada emenda que garante transparência e acesso à informação na transição da gestão municipal

A Assembleia Legislativa promulgou, ontem, a Emenda Constitucional, do executivo estadual, que aperfeiçoa o princípio da transparência e o acesso à informação na transição da gestão pública municipal. "No prazo de trinta dias após a proclamação do resultado da eleição municipal pelo Juiz Eleitoral da respectiva Zona, o prefeito deverá entregar ao sucessor, com dados atualizados até o dia anterior à sua entrega e sob pena de responsabilidade, relatório da situação administrativa, que conterá obrigatoriamente", diz a emenda. "Ao prefeito eleito é garantido, a qualquer tempo após a proclamação do resultado das eleições, o direito de instituir uma Comissão de Transição, com até oito membros, sendo um coordenador, com o objetivo de inteirar-se do funcionamento do Município e preparar os atos de iniciativa da nova gestão", estabelece também a proposição.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

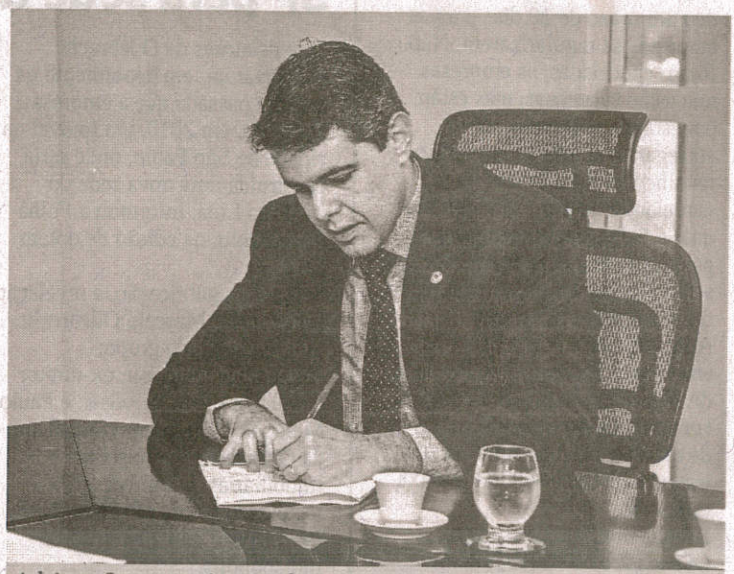
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 03		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Assinado convênio para atualização dos limites intermunicipais do Maranhão

A Assembleia Legislativa assinou, nessa quarta-feira (21), um acordo de cooperação técnica com o Governo do Estado, para a execução conjunta do projeto de atualização das divisas intermunicipais do Maranhão. A iniciativa é um passo importante para a demarcação dos limites entre os municípios como, por exemplo, aqueles que integram a Região Metropolitana de São Luís.

O convênio foi assinado pelo presidente da Comissão de Assuntos Municipais da AL, deputado Adriano Sarney (PV), pelo vice-presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), e pelo diretor de Estudos Cartográficos e Ambientais do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), Josiel Ribeiro Ferreira. Sobre as competências de cada instituição, caberá ao Governo do Estado, por meio do Imesc, e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a realização dos estudos técnicos. Já o papel da Assembleia será o de elaborar leis relativas às atualizações nos municípios maranhenses que têm problemas com a demarcação de limites, além de fazer a intermediação com os prefeitos dessas cidades.



Adriano Sarney assina ato durante cerimônia realizada na Assembleia

"É um momento histórico que estamos vivendo no Maranhão, para que a gente possa resolver de uma vez essa problemática dos limites dos municípios maranhenses, em especial a Grande Ilha de São Luís. Já existem alguns estudos do Imesc com o IBGE sobre a atualização desses limites de forma técnica, mas precisamos concretizá-los em forma de lei", ressaltou Adriano Sarney.

Segundo o diretor de Estudos Cartográficos e Ambientais do Imesc, esse é um trabalho que vem sendo realizado em conjunto com o IBGE desde 2009. "É um momento importante, pois outros estados da Federação já têm esse tripé entre o IBGE, o Estado e as Assembleias. Todos os municípios maranhenses praticamente passam por essa situação. Já atuamos em 40% dos municípios e esse projeto tem cinco anos de vigência, mas acreditamos que agora, com o apoio da Assembleia, daremos uma acelerada", garantiu.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
( ) O Estado do MA | ( ) Atos e Fatos
( ) O Imparcial | ( ) A tarde
(X) Pequeno | ( ) Correio de Notícias
( ) Debate | ( ) O quarto poder
( ) Extra | ( ) Internet / Blog

EDITORIA
( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
(X) Outros Nacional

DATA 22 / 12 / 2016 Página 07
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Após derrota na Câmara, Temer diz que União vai exigir contrapartidas para socorrer estados

O presidente Michel Temer disse, na noite de terça-feira (20) que, embora a Câmara dos Deputados tenha aprovado a renegociação das dívidas estaduais sem exigências do governo, a União vai cobrar as contrapartidas para aprovar o pacote de socorro aos estados em situação financeira delicada.

A resposta de Temer à derrota imposta pela Câmara foi dada em um vídeo gravado pelo presidente e divulgado na noite de terça.

"Hoje ainda a Câmara Federal aprovou um projeto, e lá havia [...] estas contrapartidas que foram retiradas, embora se mantivesse a tese e o preceito da recuperação fiscal. Mas isso não significa que a União, quando firmar o contrato com os estados, não irá exigir essas contrapartidas. Elas serão indispensáveis para que se viabilize a recuperação fiscal prevista na lei que hoje foi aprovada", afirmou o presidente.

A votação do pacote de ajuda aos estados representou uma derrota para a equipe econômica do governo.

A Câmara dos Deputados aprovou na tarde de terça, por 296 votos a 12 e três abstenções, o projeto que renegocia dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União.

A proposta aprovada, que agora vai à sanção presidencial, aumenta em até 20 anos o prazo para o pagamento de dívidas de estados e do Distrito Federal com a União. Aos estados que enfrentam crises financeiras mais graves, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o texto permite que o pagamento das dívidas seja suspenso por até três anos.

À noite, o Ministério da Fazenda divulgou nota informando que somente aprovará os planos de renegociação das dívidas dos estados com a União que, "de fato", viabilizarem o equilíbrio das contas estaduais.

Vários deputados criticaram a atitude do líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), que se ausentou da discussão, mas esteve no plenário no momento de registrar o voto.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a dizer que Moura estava pedindo a parlamentares da base não registrarem presença na votação. Ao iniciar a sessão, Rodrigo Maia disse que a Casa não precisava dar "amém" às exigências do Ministério da Fazenda. Segundo o deputado, "se o presidente entender que [a proposta] não é o melhor para o Brasil, ele veta". *(G1)*

'Minha tendência é não vetar', diz Temer sobre renegociação de dívidas

O presidente Michel Temer afirmou que deve sancionar o projeto de lei aprovado pela Câmara na terça-feira (20) que trata da renegociação de dívidas dos estados com a União. Para ele, o governo não foi derrotado. As declarações foram feitas em visita a Mogi das Cruzes (SP) na manhã de ontem (21).

"No momento em que houver pedido, não sei se haverá, da recuperação, nós vamos determinar que só se dá a recuperação se houver contrapartida e essa contrapartida tem que estar muito bem alinhavada. Caso contrário, cria-se problema para o Estado e cria problema para a União. Isso nós vamos acertando aos poucos.

Note que a minha tendência maior é não vetar, evidentemente. Aí teria que vetar a recuperação judicial, que foi uma criação nossa, que foi aprovada ontem, não foi desaprovada, foi aprovada. A questão da contrapartida, se está na lei ou não está na lei, nada importa. O que vai importar, é exata e precisamente o momento em que o governador pedir a recuperação judicial e nós definirmos com quais contrapartidas".

Para o presidente, não houve derrota. "A primeira impressão que se deu ontem foi curiosa, que o governo foi derrotado. E não é nada disso. O que nós mandamos, o que nós fizemos foi exatamente um projeto de lei para confirmar a repactuação da dívida, que nós fizemos com os estados. Depois, em face de dificuldade de alguns estados, é que procurados pelos estados, em particular três estados, é que nós pensamos. A Fazenda até propôs a hipótese da recuperação fiscal, que é uma coisa assemelhada à recuperação judicial, que se faz com o setor privado. E essa recuperação fiscal, evidentemente, exige uma série de contrapartidas, porque senão você autoriza a recuperação e, logo depois, o Estado vai, enfim, se me permite a expressão, ele vai para o vinagre da mesma maneira. E isso é impossível."

Ao lado do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que também participou da visita, o presidente Michel Temer ainda afirmou que tem recebido muito apoio do PSDB. "Nós temos três ministros do PSDB, temos um auxílio extraordinário do PSDB. Vocês vejam que nós conseguimos aprovar coisas, francamente, pondo a modéstia de lado, mas desde a constituição em 88, ninguém conseguiu apresentar as propostas que nós apresentamos. O teto dos gastos é uma coisa problemática, não tem dúvida disso, e nós conseguimos aprovar com uma maioria significativa tanto na Câmara como no Senado Federal e isso, evidentemente, com o apoio de outros partidos e, em particular, do PSDB."Em um prazo de dez dias nós conseguimos a admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça da reforma da Previdência.Portanto, mais uma vez com o apoio do Congresso e mais uma vez com o apoio dos integrantes do PSDB", disse.

Temer ainda afirmou que os benefícios da reforma da Previdência serão percebidos com o passar do tempo. "Se eu tivesse que dar um nome à reforma da Previdência seria 'em nome do filho', porque na verdade quando nós fazemos uma coisa agora, nós estamos pensando no futuro, né? Eu não vou desfrutar, o meu governo em dois anos não vai desfrutar exatamente da reforma da previdência, mas nós estamos pensando no futuro."

O presidente ainda reafirmou a necessidade de medidas impopulares. "Eu tenho dito com frequência que eu poderia confortavelmente não fazer absolutamente nada, desfrutar, entre aspas, as mordomias presidenciais, sem fazer teto de gastos, sem fazer previdência, mas estou pensando no Brasil do futuro e nós queremos deixar essa marca. Eu tenho dito a todo momento, nós queremos colocar o Brasil nos trilhos." *(G1)*

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 12		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Polícia localiza e prende três suspeitos por tráfico de drogas

Presos por volta das 16h de terça-feira (20), na Vila Kiola, Misrael da Silva Costa, de 18 anos, Rodrigo Sousa de Brito, 28, e Lucas dos Santos, de 23, são suspeitos de tráfico de drogas. A prisão foi realizada por uma equipe do Serviço de Inteligência do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM). No bolso da bermuda de Lucas dos Santos, foi encontrada certa quantidade de crack em um saco plástico. E, dentro de uma garrafa pet que estava escondida no mato, a polícia encontrou mais droga que deveria pertencer Misrael e Rodrigo. Do total de material apreendido, estão 28 embrulhos de substância semelhante à maconha; uma porção pequena de crack; um recipiente de plástico; dois celulares da marca Sansung; 32 trouxinhas de substância semelhante à Crack; e R$ 140,00 (cento e quarenta reais).

Misrael Costa, Rodrigo Brito e Lucas foram presos por tráfico de drogas

De acordo com informações da polícia, Misrael da Silva já teria tido passagem pela polícia em 2013, por porte de drogas e porte ilegal de arma de fogo, em 2014. Os três suspeitos foram conduzidos e apresentados na delegacia do Tropical, onde foram autuados em flagrante por tráfico e associação para o trafico de entorpecentes.

Foragido é preso pela Polícia Militar na Maioba

A Polícia Militar do Maranhão, por meio da 1ª Companhia do 8º BPM, prendeu ontem, por volta de meio-dia, Erico Bruno da Silva Moura, de 37 anos. O suspeito é foragido do sistema prisional do estado e foi preso na Rua dos Guriatans, Sítio Santa Luzia, região do Maioba, próximo à MA 202.

Os policiais faziam revistas em pessoas suspeitas que circulavam pelo bairro, quando avistaram Erico Bruno em atitudes suspeitas. Ao ser abordado, os documentos do suspeito foram averiguados no Sistema de Inteligência, Informação e Segurança Prisional (SIISP), por onde a polícia constatou que havia um mandado de prisão pendente contra ele.

No Siisp, foi constatado que o suspeito responde pelo crime de roubo. Segundo informações, o criminoso estava foragido desde 2013, quando teria sido beneficiado com a saída temporária do Dia das Crianças naquele ano, entre os dias 11 e 18.

Erico Bruno não teria retornado ao presídio após o prazo determinado pelo juiz. Após sua identificação, o suspeito foi apresentado no 13º Distrito Policial, no Cohatrac.

Já na terça-feira (21), Ricardo Pereira da Silva, de 22 anos, que também estava com o mandado de prisão em aberto, foi capturado por policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM). O suspeito estava na Forquilha, por volta das 10h30 de terça-feira, quando teria sido avistado pela guarnição.

A informação é de que a polícia recebeu denúncia anônima sobre o paradeiro de Ricardo Pereira.

O suspeito foi levado para o 11º Distrito Policial, no São Cristóvão, onde teria ficado constatado o mandado de prisão contra sua pessoa.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 12		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

'Chico Vila Nova' é preso por tramar morte de vereador eleito

O presidente da Câmara de Vereadores de Godofredo Viana, Francisco do Nascimento Gama, o 'Chico Vila Nova', de 40 anos, foi preso, nesta quarta-feira (21), por suspeita de envolvimento na morte do vereador eleito Cesar Augusto Miranda, 'César da Farmácia', assassinado no início de dezembro após ser diplomado.

De acordo com informações do delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, 'Chico Vila Nova' teria tentado negociar sua permanência na presidência da Câmara de vereadores, mas como não conseguiu influenciar a vítima, optou por medidas mais drásticas como, por exemplo, o assassinato de Cesar Augusto.

O crime ainda contou com a participação do vereador José Gomes da Silva, de 47 anos, que foi preso no último dia 12 depois de a polícia constatar nas imagens de câmeras de segurança da farmácia onde ocorreu o crime, que um dos executores era sobrinho de José Gomes.

Divulgação

Francisco Gama, o 'Chico Vila Nova', foi preso por tramar a morte de 'César da Farmácia'

O que teria motivado José Gomes a mandar assassinar Cesar Augusto, segundo o delegado, seria o fato de ter sido eleito para suplência da vítima nas eleições de 2 de outubro passado. O objetivo dele era assumir a titularidade com a morte do comerciante e posteriormente votar pela permanência de Francisco Nascimento na presidência da Câmara.

De acordo com o delegado, a polícia está em busca dos autores dos disparos que vitimaram o vereador eleito Cesar Augusto. Os dois ainda estão foragidos.

O vereador Cesar Augusto Miranda (PR) foi executado em uma farmácia, na noite de 7 de dezembro, no município de Godofredo Viana, a 860 quilômetros de São Luís. Ele foi o quinto mais votado, entre os eleitos no município em 2016, com 265 votos. O crime foi cometido por dois homens que chegaram ao estabelecimento comercial de propriedade da vítima e efetuaram disparos contra César Augusto. 'Cesar da Farmácia' foi diplomado na manhã do dia do crime pela juíza Lewman de Moura Silva, da 64ª Zona Eleitoral, durante cerimônia realizada no Salão Paroquial do município.

Agente da Polícia Civil é preso como suspeito de praticar assalto

LUCIENE VIEIRA

O policial civil Marcelo Pinto Pedrosa foi preso por duas vezes nesta quarta-feira (21), suspeito da participação em um assalto, que ocorreu durante a madrugada de ontem, na Avenida São Marçal, no João Paulo.

O sistema de videomonitoramento da Secretaria de Segurança Pública (SSP) registrou a ação dos criminosos; uma viatura da Polícia Militar foi acionada, fez uma perseguição, localizou um gol vermelho, de placa OJC-1719, e três pessoas que estavam dentro, sendo uma delas Marcelo Pinto, que estava dirigindo o veículo.

Além do policial, estavam no carro um homem identificado como Vanderlúcio Goes Diniz, de 25 anos, e uma mulher identificada como Fernanda Martins Almeida Pedrosa, de 36. Os três suspeitos foram conduzidos ao plantão da Polícia Civil, na Vila Embratel, por volta das 5h. O delegado que estava de plantão, Marcelo Fernandes, liberou o policial suspeito; as outras duas pessoas foram autuadas.

Ao tomar conhecimento do fato, a Superintendência de Polícia Civil da Capital discordou da decisão do delegado, que será investigado, e determinou que o policial civil fosse preso novamente.

Divulgação

Marcelo Pedrosa foi preso após a prática de assalto na Avenida São Marçal

De acordo com o delegado-geral da Policia Civil, Lawrence Melo, Marcelo Pinto Pedrosa foi preso novamente, e autuado em flagrante na Superintendência da Polícia Civil da Capital por roubo. "A soltura do policial foi um erro individual, de quem tenta prejudicar toda a instituição policial", disse Lawrence Melo.

Marcelo Pinto Pedrosa responderá a processo na Corregedoria da Polícia.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
( ) O Estado do MA | ( ) Atos e Fatos
(X) O Imparcial | ( ) A tarde
( ) Pequeno | ( ) Correio de Notícias
( ) Debate | ( ) O quarto poder
( ) Extra | ( ) Internet / Blog

EDITORIA
(X) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) Outros

DATA 22 / 12 / 2016 Página 04

( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

CGU apresenta irregularidades em três municípios do MA

Foram fiscalizadas as contas dos municípios de Aldeias Altas, Altamira do Maranhão e Humberto de Campos; os recursos são referentes a diversas áreas

Em coletiva realizada na manhã de ontem, a Controladoria Geral da União no estado (CGU-MA), em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MP-MA), Tribunal de Contas da União no estado (TCU-MA) e Ministério Público de Contas do TCE-MA, apresentou os resultados das fiscalizações em contas, documentos de obras e serviços em andamento nos municípios de Aldeias Altas, Altamira do Maranhão e Humberto de Campos. A iniciativa faz parte do 3º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos, lançado por meio da Portaria nº 940 de 25 de maio de 2016.

Segundo dados apurados por **O Imparcial**, o montante fiscalizado foi de cerca de R$ 114 milhões, dos quais, R$ 10.047.752,00 não foram aplicados. Os recursos são referentes à aplicação de programas do governo federal ligados às áreas de saúde, educação e turismo. A fiscalização foi realizada por amostragem, podendo ser o montante completo superior a estes valores.

Entre os programas fiscalizados, estão o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Pnate (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar), PAB (Programa de Atenção Básica), Programa de Foco no Combate ao Aedes aegypti e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

As irregularidades

No Pnae, foram contestados diversos problemas como a falta de merenda nas escolas, irregularidades no processo licitatório e a ausência de controles de distribuição de merenda, uma situação que abre as portas para as ações de desvio de dinheiro público. Além disso, a baixa qualidade da merenda escolar oferecida foi questionada pela fiscalização, situação essa que é um desrespeito à política de alimentação saudável do programa.

No transporte público, o superfaturamento decorrente da contratação ilegal do transporte escolar foi o principal problema identificado. Foram apresentadas, no relatório, diversas contratações ilegais de empresas de fachada ou tecnicamente inoperantes, as quais, durante o período das fiscalizações, não foram localizadas e que, através dos levantamentos em suas contas, foi verificada a não existência de funcionários relacionados às empresas.

Também foram contestados, dentro do Pnate, problemas no direcionamento das licitações, veículos com documentação irregular, além da presença de condutores sem a devida habilitação, um problema decorrente de vários municípios do interior do estado.

Dentro dos recursos do Fundeb, todos os municípios apresentaram uma quantidade de profissionais na folha de pagamento superior à encontrada em campo, os chamados funcionários fantasmas. Além disso, foram verificadas diversas irregularidades em serviços de ampliação e reforma das escolas e contratação de empresas ligadas a gestores do município.

No Programa de Atenção Básica em Saúde (PAB), foram encontradas deficiências na atuação de profissionais que não trabalham nas áreas básicas de saúde e profissionais que não atuam durante as 40 horas semanais estabelecidas pelo programa. Também foram verificadas, dentro do Programa de Foco no Combate ao Aedes aegypti, a ausência de pessoal capacitado, insuficiência de equipamentos e materiais.

Membros da Controladoria Geral da União, juntamente com o MP e o TCU, apresentam resultados de ações

Os municípios

Aldeias Altas recebeu o montante de R$ 39.732.340,12, do qual, 11,67% do valor, ou R$ 4.637.665,64 foram desviados dos investimentos. Em Altamira do Maranhão, à prefeitura recebeu R$ 14.120.342,04, sendo desviados, segundo a CGU, quase R$ 3 milhões. Em Humberto de Campos, R$ 2.553.776,44 não foram destinados aos respectivos programas, cerca de 5,81% do valor, orçado em R$ 43.939.788,33.

Fiscalização

Segundo a CGU, os dados apresentados serão repassados para a sede do órgão em Brasília que, em seguida, fará as notificações às promotorias estaduais que irão atuar nos municípios. Já estão programados novos sorteios para 2017, dos quais, será levada em consideração a vulnerabilidade dos municípios.

"É muito louvável a reunião dos órgãos de controle de fiscalização no formato que estamos trabalhando, pois com esse formato é possível ampliar o espectro de fiscalização, que são naturais dentro do processo de liberação de despesas, mas que não devem ser aceitos e, por isso, a fiscalização deve ser contundente", afirmou Alexandre Walraven, secretário de Controle Externo da CGU.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
( ) O Estado do MA | ( ) Atos e Fatos
(X) O Imparcial | ( ) A tarde
( ) Pequeno | ( ) Correio de Notícias
( ) Debate | ( ) O quarto poder
( ) Extra | ( ) Internet / Blog

EDITORIA
(X) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) Outros

DATA 22 / 12 / 2016 Página 05
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Governo aprova orçamento sem sustos

Para o exercício de 2017, foram aprovadas receitas e despesas no valor de R$ 18,2 bilhões. Das 358 emendas propostas, apenas quatro foram acatadas

VIVIANE PASSOS

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para o exercício de 2017 foi aprovado na manhã de ontem, durante sessão na Assembleia Legislativa do Estado. Dos 38 parlamentares presentes, apenas os deputado Adriano Sarney (PV) e Andrea Murad (PMDB) votaram contra o orçamento. Das 358 emendas, apenas quatro foram aceitas pela Comissão.

A matéria contém as diretrizes a serem cumpridas no próximo ano quanto aos gastos públicos do Estado. A peça orçamentária foi aprovada com alterações pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle e segue para sanção.

Foram aprovadas emendas para a destinação de recursos para a conclusão da sede do Ministério Público do Maranhão; recursos ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para concessão de reajuste salarial; e detalhamento de orçamento para realização de concurso público no Detran-MA.

O Projeto de Lei nº 184/2016, de autoria do Poder Executivo, estima receita e fixa despesa do estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2017. A proposta prevê uma receita total de R$ 18.261.620.064,00 (dezoito bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, seiscentos e vinte mil e sessenta e quatro reais). Um aumento de 8,7% em relação a 2016, cujo orçamento foi estimado em R$ 16,6 bilhões.

Saúde e Educação serão prioridades

O orçamento estimado para áreas de Saúde e Educação, respectivamente, são: R$ 1.849.428.915 (um bilhão, oitocentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e novecentos e quinze reais), e da Educação R$ 2.655.361.241 (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil e duzentos e quarenta um reais). No setor da educação, considerada prioridade, o aumento em relação a 2016 foi de apenas 2%, valor bem abaixo do aumento geral do orçamento. Outro setor que ganhou bastante atenção do Governo, mas não teve grande aumento, foi a saúde, com apenas 4%.

Por outro lado, a habitação teve um aumento significativo de 165%, passando de pouco mais R$ 10 milhões em 2016 para R$ 28,4 milhões em 2017. A Agricultura teve muito destaque em 2016, crescendo mais 58% para 2017, subindo de R$ 111 milhões para R$ 176 milhões.

Dentre as áreas que tiveram redução, as que mais se destacam são saneamento e desporto e lazer. No primeiro, houve um corte de R$ 108 milhões, o que representa uma diminuição de 17% em relação ao ano anterior. No caso do esporte, o orçamento caiu de R$ 38 milhões para R$ 27 milhões, um decréscimo de 29%.

Para os gastos com as despesas de custeio, que envolvem o pagamento da folha de pessoal e os encargos, estão previstos R$ 8,8 bilhões, um aumento de 12% em relação ao orçamento de 2016, no qual foram destinados R$ 7,3 bilhões. O orçamento destinado à Assembleia Legislativa também prevê um aumento de 8,2%, passando de R$ 329,2 milhões para R$ 356,4 milhões.

Adequações orçamentárias

Das 348 emendas apresentadas, apenas quatro foram aprovadas pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle.

O reajuste dos servidores TCE-MA foi um dos pontos levantados pela deputada estadual Andréa Murad (PMDB), que havia pedido vistas do projeto na terça-feira, dia 20, e argumentou durante a sessão de ontem, 21, que não constava no Orçamento de 2017 do Governo do Estado a previsão para o pagamento do aumento. A bancada governista se comprometeu a corrigir o problema.

O deputado Rogério Cafeteira (PSB) utilizou a tribuna para rebater acusações da deputada peemedebista, alegando que esteve presente em reuniões com o governador para reajuste dos vencimentos dos servidores do TCE ainda no mês de dezembro de 2016. "Quero repudiar a declaração da deputada Andréa de que o governador não queria dar aumento para o Tribunal de Contas do Estado. Então todos os projetos de iniciativa do governo, a oposição acha que deve pedir vistas, mesmo sem analisar mais profundamente, e aí ocorre uma situação como esta por que nós estamos passando. Amanhã estarei aqui trabalhando para que a gente possa ter o quórum e corrigirmos esse problema que aconteceu", refutou.

Embates

Os deputados Adriano Sarney (PV), Wellington do Curdo (PP) e Alexandre Almeida (PSD) apresentaram destaques solicitando o remanejamento de recursos do orçamento de determinadas secretarias para outras pastas, mas foram rejeitados em votação no Plenário.

Na tribuna da Assembleia, a deputada Andrea Murad justificou seu voto contrário ao orçamento de 2017. "Eu realmente votei contra o projeto, achei o projeto completamente o básico do básico, já que ele não dá explicações para esta Casa sobre nada. A Assembleia aprovou um projeto por aprovar, porque ele tem a maioria dos deputados" criticou.

Durante o pronunciamento do deputado Rogério Cafeteira (PSB), a deputada de oposição Andrea Murad (PMDB) o interpelou por duas vezes e foi necessário a intervenção do deputado Othelino Neto (PCdoB).

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
( ) O Estado do MA | ( ) Atos e Fatos
( ) O Imparcial | ( ) A tarde
(X) Pequeno | ( ) Correio de Notícias
( ) Debate | ( ) O quarto poder
( ) Extra | ( ) Internet / Blog

EDITORIA
( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
(X) Outros Caderno 2

DATA 22 / 12 / 2016 Página 01
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

CGU denuncia:

Três municípios do Maranhão desviaram verbas da merenda e do transporte escolar

Relatório de fiscalização apresentado ontem revela falhas nas cidades de Altamira do Maranhão, Aldeias Altas e Humberto de Campos

LUCIENE VIEIRA

Uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) detectou a existência de desvios e o mau uso de recursos públicos destinados à educação, nas cidades de Altamira, Aldeia Altas e Humberto de Campos.
A investigação da CGU foi realizada no âmbito do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, que seleciona aleatoriamente os municípios cujas contas serão examinadas.
A auditoria foi feita entre janeiro de 2015 e junho de 2016, e o resultado final foi apresentado nesta quarta-feira (21), em entrevista coletiva realizada na sede do órgão, no bairro do Calhau. A entrevista contou com a participação dos chefes da CGU, Leylane Silva e Sérgio Junqueira; do secretário de controle externo Alexandre Walraven (TCU-MA); do promotor Márcio Tadeu (MPMA) e do procurador Jairo Cavalcante (Ministério Público de Contas do TCE-MA).
Técnicos da CGU constataram falhas no uso de recursos dos programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); e Nacional de Apoio do Transporte Escolar (Pnate); além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), destinados aos programas de transporte e merenda escolar.
Nas fiscalizações, os auditores da CGU examinaram contas e documentos, além de realizarem inspeção pessoal e física das obras e serviços em andamento.
Durante os trabalhos, fez parte da fiscalização o contato com a população, diretamente ou através dos conselhos comunitários e de outras entidades organizadas.
De acordo com o relatório, o montante de R$ 134 milhões foi fiscalizado nos três municípios.
O auditor chefe de serviço da CGU no Maranhão, Sérgio Junqueira, afirmou que, desse total, aproximadamente 15% teriam sidos desviados. Segundo o auditor, há irregularidades no controle de estoque e quantidade de merendas, além de problemas no armazenamento dos alimentos. Quanto ao transporte escolar, foi constatado que os veículos estão em condições inadequadas.

Francisco Silva
Representantes da CGU e de outros órgãos de controle explicam auditoria realizada em municípios maranhenses

Os problemas resultam basicamente do desvio de dinheiro por parte das prefeituras, que são responsáveis pela aplicação dos recursos e que devem prestar contas ao governo federal. A auditoria mostra que esses problemas são múltiplos, relacionados principalmente à corrupção e ao grave despreparo técnico por parte dos municípios.
Na mais recente verificação, o primeiro município fiscalizado foi Aldeia Altas, com uma população de quase 24 mil habitantes, índice de pobreza de 57%, numa área de quase dois mil km². O segundo município, Altamira do Maranhão, com população de 11 mil habitantes, índice de pobreza de 54%, numa área de 659 km². Humberto de Campos, com população de 26 mil, índice de pobreza perto de 70%, e com uma área de um pouco mais de dois mil km².

MERENDA ESCOLAR

Em Aldeias Altas e Humberto de Campos, pelo Pnae, no período da fiscalização, teriam sido repassados cerca de 1,5 milhão; já em Altamira, foram R$337 mil. O programa, implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais.
Segundo Junqueira, as prefeituras deveriam investir, também, verba municipal nesses serviços, haja vista que o Pnae é um complemento, e não atende a todas as despesas.
Das constatações finais, a CGU encontrou a falta de merenda escolar em Aldeia Altas e Altamira do Maranhão; ausência do controle de estoque e distribuição dos alimentos – "a falta de controle é a porta aberta para a corrupção, pois o prefeito que desvia, não tem interesse algum no controle", informou Junqueira.
Houve também a ausência de estímulo familiar, em Aldeias Altas e Altamira do Maranhão. Ou seja, as duas cidades não estavam fomentando a agricultura familiar. Em Aldeias Altas, teve houve ainda o superfaturamento da merenda escolar no valor de R$ 585 mil. Segundo a CGU, nas notas fiscais tinham alimentos que não faziam parte do estoque. Já em Altamira do Maranhão, havia produtos vencidos e deteriorados no estoque da merenda escolar.
De acordo com o relatório, nas três cidades são comuns, também, fraudes em licitações no fornecimento, abastecimento e distribuição dos alimentos destinados à alimentação dos alunos.

TRANSPORTE ESCOLAR

A CGU divulgou também os resultados dos desvios no Pnate, no âmbito do transporte escolar em áreas rurais. Os recursos são suplementares, e a prefeitura deve manter os serviços com recursos próprios.
Em Altamira do Maranhão, segundo o relatório da CGU, foram repassados cerca R$ 500 mil para Aldeias Altas, R$105 mil para Altamira e R$169 mil Humberto Campos.
Foi constatada no transporte público a presença de empresas de fachada, que não operam, e até mesmo as que não existiam, sem funcionários e veículos registrados. "Os gestores contratavam donos de veículos por valores inferiores aos que as prefeituras pagam para as empresas, e o serviços eram exercidos por cidadãos da cidade, havendo o superfaturamento", informou Sérgio Junqueira.
Os problemas principais são a presença de veículos de "pau de arara", carros adaptados para carregar cargas; contratação de empresas sem licitação; automóveis sem documentação regular e condutores sem a devida habilitação.
Com essa prática, em Aldeias Altas houve um prejuízo de R$162 mil, sendo que em Altamira do Maranhão o rombo foi mais de R$ 58 mil, e em Humberto de Campos, cerca de R$ 679 mil. Nas duas últimas cidades, de acordo com a CGU, houve desvio de verbas do Fundeb.
No período de janeiro do ano passado a junho deste ano, foram repassados pelo Fundeb, em Aldeias Altas cerca de 40 milhões, Altamira do Maranhão 14 milhões e Humberto de Campos quase 44 milhões foram repassados nesse período.
As informações do relatório divulgado ontem contemplam o terceiro ciclo do programa. O primeiro ciclo teria acontecido com as escolhas das cidades maranhenses por questões de vulnerabilidade, quando a CGU teria adotado uma planilha.
No segundo ciclo, acontece de todos os estados do federativos, passarem pela fiscalização.
E, no terceiro ciclo, a CGU sorteou as cidades inseridas na planilha de vulnerabilidade; considerando renda per capita e denúncias, quando é iniciada a etapa de fiscalização nas cidades sorteadas.

ESCOLHA POR SORTEIOS

O Programa engloba a metodologia de escolha por sorteios. Essa iniciativa, que visa inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública, vem sendo aplicada desde abril de 2003. Por meio do então Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, a CGU utilizava o mesmo sistema das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, as áreas a serem fiscalizadas quanto ao correto uso dos recursos públicos federais.
Desde 2015, o programa vem sendo aprimorado e rebatizado de Programa de Fiscalização em Entes Federativos, com organização por ciclos, e agregação de outras formas de seleção na definição dos entes a serem fiscalizados, como Censo e Matriz de Vulnerabilidade.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	( ) Política (X) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 09		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

O secretário de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, e a presidente da Funac, Elisângela Cardoso, assinam o convênio

Governo repassa recursos a instituições de defesa das crianças e adolescentes

O Governo do Estado, por meio da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), realizou a assinatura de convênios para repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA) às organizações da sociedade civil, que atuam no segmento. A solenidade de assinatura dos convênios foi realizada no dia 15 deste mês, na sede da Funac.

Os recursos do FEDCA, sob a gestão da Funac, são de origem do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop). Para acessar esses subsídios, o CEDCA realizou concurso, por meio de edital, para selecionar os projetos aprovados.

No total, são R$ 2 milhões em recursos destinados a projetos, conforme o edital nº 01/2016 do CEDCA, voltados à proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, com a participação de nove ações em diferentes linhas de atuação, que receberão recursos do Tesouro Estadual e do convênio Petrobras.

"A assinatura desses convênios foi mais uma conquista para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, demarcando também o compromisso e a transparência do Governo do Estado no repasse dos recursos para a execução de ações e fortalecimento das políticas públicas da infância e juventude, mesmo com todas as dificuldades do contexto atual", destacou a presidente do Conselho Estadual e da Fundação da Criança e do Adolescente, Elisângela Cardoso.

Cada projeto selecionado foi escolhido conforme as comissões de trabalho do Conselho. "Essa articulação dos projetos com as comissões tem o objetivo maior de fortalecer a defesa dos direitos da criança e do adolescente alinhadas às frentes de ações do Conselho. Isso é pensar a política pública de forma estratégica e aperfeiçoar a utilização dos recursos", explicou Elisângela Cardoso.

Para o secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, os convênios reiteraram o compromisso do Governo do Estado com a defesa das crianças e adolescentes. "Uma das metas do Governo do Estado era zerar os repasses pendentes desde a gestão passada e regularizar a distribuição de recursos para ações neste segmento. Os atrasos ocorridos no passado geraram prejuízos enormes à proteção das nossas crianças e adolescentes e se refletem na atualidade. Na conjuntura atual de desmonte e negação da importância das políticas públicas, esta ação do Governo do Estado é de significado ímpar para todo o país", afirmou Francisco Gonçalves.

Projetos conveniados

Os projetos aprovados no edital do CEDCA têm linhas de atuação para capacitação profissional de conselheiros de direitos e tutelares; pesquisa, estudo e monitoramento de políticas públicas para o segmento; enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes; fortalecimento dos fóruns e comitês para protagonismo juvenil; implementação das medidas socioeducativas; e ações e projetos de comunicação na defesa dos direitos da criança e adolescente.

As entidades selecionadas foram: Agência de Notícias da Infância Matraca, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente padre Marcos Passerini, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascara (Açailândia), Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC/Saber Viver), Prelazia de Balsas (Balsas), Centro de Promoção da Vida de Crianças e Adolescentes (CEPROVI) e Centro de Formação para a Cidadania Akoni. Ao longo de 12 meses, essas instituições têm como objetivo o desenvolvimento de ações em defesa dos direitos dos direitos da criança e do adolescente.

O representante do Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC), Germano Soeiro, ressaltou que o recurso representa uma esperança para crianças e adolescentes das áreas de periferia de São Luís. "O foco do nosso trabalho é a educação como estratégia para a mudança de vida e vamos assumir esse compromisso em parceria com o Conselho e a Funac, para atuar, de forma preventiva, na proteção das nossas crianças", disse.

Além da assinatura dos convênios e repasse dos recursos do Tesouro Estadual por meio do edital do CEDCA, o Governo do Estado regularizou o envio de subsídios oriundos do Convênio Petrobras, por meio do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), do ano de 2009. O Centro de Formação para a Cidadania Akoni foi uma das instituições beneficiadas na época.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
(X) O Estado do MA
( ) O Imparcial
( ) Pequeno
( ) Debate
( ) Extra
( ) Atos e Fatos
( ) A tarde
( ) Correio de Notícias
( ) O quarto poder
( ) Internet / Blog

EDITORIA
( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
(X) Outros Estado ① cont.

DATA 22 / 12 / 2016 Página 04
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Estado deve designar policiais para o município de Cururupu

Decisão da Justiça determina que SSP deve encaminhar no mínimo 24 policiais militares para exercerem suas atividades na comarca; multa diária por descumprimento é de R$ 5 mil

Divulgação

Decisão do juiz Douglas Lima da Guia atende a ação do Ministério Público do Maranhão e visa combater os altos índices de criminalidade e de irregularidades no trânsito

O governo do Maranhão tem prazo de 60 dias para designar policiais militares para o município de Cururupu. A decisão é do juiz Douglas Lima da Guia, em sentença proferida em Ação Civil Pública com Obrigação de Fazer interposta pelo Ministério Público Estadual. "Concedo tutela de urgência para determinar que o Estado do Maranhão designe, por intermédio de sua Secretaria de Segurança Pública, no prazo máximo de 60 dias, mediante lotação, remoção, nomeação ou qualquer outra forma legal e constitucional de investidura, no mínimo 24 policiais militares, divididos em quatro equipes de seis policiais, em sistema de revezamento, para exercerem suas atividades na comarca", afirma no documento.

A multa diária para o atraso ou descumprimento injustificados da sentença é de R$ 5 mil. De acordo com a sentença, "alternativamente, caso haja comprovada indisponibilidade de pessoal, designar cumulativamente profissionais de outros municípios para o exercício daqueles cargos junto aos municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão (termo judiciário)".

Na ação movida em desfavor do Estado o MPE argumenta que o comando militar local, que abrange as cidades de Cururupu (sede), com 30 mil habitantes, e Serrano do Maranhão (termo), com 10 mil habitantes, conta apenas com nove policiais divididos em três policiais que fazem plantão de 24 x 48 horas. De acordo com o MPE, dos três plantonistas, um fica no prédio a fim de atender a população e realizar a guarda da sede do comando. O MPE destaca ainda o alto índice de demandas criminais, que exige policiamento ostensivo e preventivo, inclusive para realização de blitzen de trânsito.

Índices criminais

Em suas fundamentações, o juiz ressalta o alto índice de ilícitos administrativos e criminais regulados pelo Código Brasileiro de Trânsito registrados na Comarca de Cururupu, entre os quais o magistrado destaca a não utilização de capacetes por motociclistas; dirigir sem portar carteira de habilitação; veículos

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	(X) Outros Estado (2)
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 22 / 12 / 2016 Página 04		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

sem comprovação de propriedade, conforme diversos flagrantes de crimes de receptação; além da utilização rotineira desses veículos para a prática de crimes como roubo, tráfico de drogas e outros.

"Portanto, o objeto principal da presente ação civil pública não consiste em viabilizar apenas e tão somente a realização de fiscalização de trânsito. Em vez disso, tem o escopo de viabilizar a disponibilidade de pessoal (policiais militares) suficiente para prestar o serviço de segurança pública, através de atividades ostensivas e preventivas, ante o alto índice de criminalidade que atinge a população da comarca de Cururupu", afirma o magistrado.

Ação visa à segurança no trânsito

Prazo do Estado é de 60 dias

Douglas da Guia observa ainda que a segurança do trânsito urbano e rodoviário e as relacionadas com a prevenção, preservação e restauração da ordem pública estão entre as atribuições da Polícia Militar estabelecidas na Constituição do Estado do Maranhão.

O juiz cita ainda a existência de candidatos aprovados em concurso para o cargo de policial militar do Estado do Maranhão, dos quais 70 encontram-se no curso de formação na Regional de Pinheiro. Nas palavras do magistrado, fica evidenciado que, "além de eventuais remoções, é possível nomear parte dos aprovados para suprir a necessidade da comarca". ●

> "Além de remoções, é possível nomear aprovados para suprir a necessidade da comarca"
>
> **DOUGLAS DA GUIA**
> Juiz

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
( ) O Estado do MA | ( ) Atos e Fatos
( ) O Imparcial | ( ) A tarde
(X) Pequeno | ( ) Correio de Notícias
( ) Debate | ( ) O quarto poder
( ) Extra | ( ) Internet / Blog

EDITORIA
( ) Política (X) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
( ) Outros

DATA 22 / 12 / 2016 Página 05
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Polícia do Maranhão esclarece caso de jovens baleadas em Balsas

Todos os policiais envolvidos já estão identificados como também as armas utilizadas na operação

LUCIENE VIEIRA

Em visita ao Jornal Pequeno, no final da tarde desta quarta-feira (21), integrantes da cúpula da Segurança Pública do Maranhão informaram que está cada vez mais avançada a investigação que apura as circunstâncias em que duas irmãs – Karina e Kamila Brito Ferreira – foram alvo de uma perseguição policial durante a qual ambas foram baleadas e uma delas faleceu.

O delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, informou que todos os policiais envolvidos na operação, realizada no município de Balsas, na última quinta-feira (15), já foram identificados, como também as armas utilizadas por eles, que estão sendo periciadas.

O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, e o delegado geral informaram que o caso está sendo apurado com todo o rigor, e disseram que a polícia aguarda o resultado dos exames e análises periciais, que deverão esclarecer todas as dúvidas levantadas durante o inquérito em andamento.

De acordo com registros da Secretaria de Segurança, policiais civis e militares souberam, na semana passada, que a quadrilha que tentara tomar de assalto uma agência do Banco do Brasil em Fortaleza dos Nogueira, estava escondida na casa de um conhecido traficante de Balsas.

Os policias que estavam na operação buscavam exatamente a captura destes bandidos. Para a Secretaria de Segurança Pública, as equipes em ação já executaram com êxito diversas outras missões, e que por isso mesmo a polícia aguarda com cautela que os resultados dos laudos técnicos saiam para que o caso seja devidamente esclarecido.

"Os policiais foram para executar a missão que eles fazem todos os dias, colocar suas vidas em risco em benefício da população", frisou Jefferson Portela.

O secretário Jefferson Portela, delegado Lawrence Melo, o comandante da PM, coronel Pereira, e o subcomandante, coronel Jorge Luongo, em visita ao Jornal Pequeno

Outras situações foram lembradas durante a visita, como o caso da prisão do presidente da Câmara Municipal de Godofredo Viana, o vereador Francisco do Nascimento Gama, o Chico Vila Nova, de 40 anos. Ele foi preso ontem (21), por suspeita de envolvimento na morte do vereador eleito Cesar Augusto Miranda, assassinado no início de dezembro após ser diplomado.

VISITA DE CORTESIA

O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela; o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo; o comandante geral da Polícia Militar, coronel José Frederico Pereira; e o subcomandante da PM, coronel Jorge Luongo, realizaram, no final da tarde desta quarta-feira (21), uma visita de cortesia ao Jornal Pequeno.

Recebidos pelo diretor geral do JP, Lourival Bogéa, e pela editora Letícia Bogéa, os visitantes destacaram avanços conquistados no trabalho da polícia no Maranhão. O secretário Jefferson Portela frisou que a implantação de uma política de segurança pública integrada, no Maranhão, está se refletindo em estatísticas de alta redução de crimes e de violência em todas as regiões do Estado.

Ele assegurou que a ação integrada da Polícia Civil com a Polícia Militar está assegurando avanços tanto na investigação de crimes quanto na prevenção de práticas criminosas.

O coronel Pereira fez referência à recente operação que frustrou a fuga de pelo menos 20 presos, quando foi descoberto um túnel que estava sendo escavado em direção ao Centro de Detenção Provisória.

"Tivemos muitos resultados positivos em 2016, fechamos o ano com 'chave de ouro' com o resultado de operações como esta. E, quero dizer que tivemos mais de 100 dias sem latrocínio, o que também é um dado positivo e comemorativo", ressaltou Lawrence Melo.

O coronel Pereira citou a "Operação BR-316", em cidades da região noroeste do Maranhão, como o município de Zé Doca. A operação completa quatro meses, segundo o oficial, e "deu liberdade para os eleitores daquela região votar sem medo, sem repressão. Foi uma operação que revolucionou as eleições em Zé Doca e municípios vizinhos", declarou Pereira.

O diretor geral do JP, Lourival Bogéa, fez elogios à Segurança, principalmente no que diz respeito a prisão de traficantes e apreensão de drogas. "O trabalho da polícia deve e merece ser reconhecido. Os dados, a quantidade de droga tirada do tráfico servem de prova de que SSP está combatendo a criminalidade", frisou.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO
( ) O Estado do MA | ( ) Atos e Fatos
(X) O Imparcial | ( ) A tarde
( ) Pequeno | ( ) Correio de Notícias
( ) Debate | ( ) O quarto poder
( ) Extra | ( ) Internet / Blog

EDITORIA
( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia
(X) Outros Vida

DATA 22 / 12 / 2016 Página 04

( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Tragédia em família no São Raimundo

Homem matou cunhado com facada no peito, na área do conjunto São Raimundo. Crime ocorreu quando o suspeito espancava a própria irmã e a vítima tentou salvá-la

Uma tragédia se abateu sobre uma família no Pontal da Ilha, distrito do conjunto São Raimundo, onde um homem embriagado matou com uma facada no peito o marido de sua irmã. O crime teria sido motivado pelo fato da vítima defender sua esposa que estava sendo agredida pelo próprio irmão.

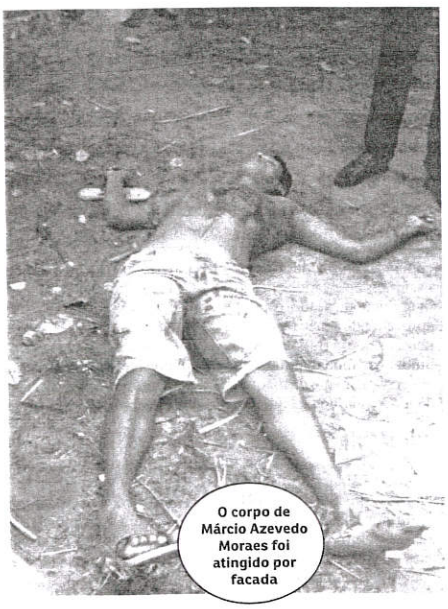
O caso foi comunicado na 15ª Delegacia Distrital (São Raimundo) pelo pai do acusado e sogro da vítima, o ancião Raimundo Nonato Araújo, 65 anos. Ele disse aos plantonistas que havia sido avisado por um desconhecido de que seu filho, o eletricista Tacildo do Nascimento Araújo, 37 anos, havia matado com uma facada no peito esquerdo o ajudante de pedreiro Márcio Assenção Azevedo Moraes, 35, seu cunhado.

Raimundo Nonato foi até a casa de sua filha Tatiana do Nascimento Araújo e constatou a veracidade da notícia, encontrando o cadáver da vítima. Ele foi informado pela sua filha que seu irmão Tacildo a estava agredindo e seu marido Márcio Assenção a defendeu, tendo o agressor investido contra o mesmo, esfaqueando-o no peito. A vítima teve morte no local. Raimundo Nonato disse que seu filho Tacildo estava bebendo desde as primeiras horas da manhã.

37 anos

Idade de Tacildo do Nascimento Araújo

Policiais da 15ª Delegacia passaram a diligenciar no propósito de localizar e prender o acusado, que até o final da tarde desta quarta-feira continuava foragido. Naquela unidade do Sistema de Segurança Pública, foi instaurado inquérito para apurar responsabilidades.



O corpo de Márcio Azevedo Moraes foi atingido por facada

NAS GRADES

Marcelo foi flagrado pelas câmeras do Ciops

Policial participa de assalto no João Paulo

Mais um escândalo envolvendo um policial civil foi registrado no João Paulo, às primeiras horas da manhã desta quarta-feira. Um investigador foi preso, acusado de participar de um assalto, tendo como vítima um ancião.

Por volta das 5h da manhã, a câmera de monitoramento 58 do Ciops registrou, na Avenida São Marçal, no João Paulo, quando um homem desceu de um automóvel modelo Gol, vermelho, placa OJC-1797, e abordou um idoso, tomando-lhe uma bolsa do tipo mochila e o telefone celular, fugindo em seguida. Os acusados foram seguidos pela câmera 58 e depois pela 92 do Ciops.

A VTR 16 016 da Polícia Militar foi acionada pelo Ciops e conseguiu prender o grupo, já no bairro Barreto. Os policiais mostraram os acusados à vítima, o senhor Raimundo Nonato Silva Barbosa, de 65 anos, que os reconheceu. Os três foram apresentados ao plantão da Polícia Civil, na Vila Embratel.

Conforme disse o CPU do 9º Batalhão da Polícia Militar, subtenente Amorim, o delegado plantonista Marcelo Fernandes dos Santos recebeu os presos e dispensou a guarnição, afirmando que chamaria os militares posteriormente, o que não aconteceu, visto que liberou o policial civil, que era o condutor do veículo Gol, usado no assalto.

Logo que tomou conhecimento do fato, o delegado Armando Pachêco, superintendente da Polícia Civil na Capital, determinou a prisão novamente do investigador Marcelo Pinto Pedrosa, que foi autuado em flagrante na própria Superintendência e recolhido à cadeia da Polícia Civil, à disposição da Justiça.

BAIXADA

Homicídio a facadas no povoado Pacas

Um crime de homicídio, cometido de tocaia, aconteceu na Rua da Amizade, no povoado Pacas, zona rural de Pinheiro, na Baixada Maranhense. Ali, após uma ligeira discussão, durante uma festa dançante, José Ednaldo Brito Garcia, 43 anos, conhecido como "Congo", armado com uma faca, ameaçou de morte seu vizinho Alan Jorge Pereira, não cometendo o crime em face a interveniência de populares, que o contiveram. Alan Jorge saiu dali e foi até à sua residência, muniu-se com uma faca, ficando de tocaia em um local sem iluminação, sabendo que para ir para sua casa, Congo teria que passar ali. Momento depois, quando Congo passava, saltou sobre o referido e deferiu-lhe uma facada nas costas e mais duas no peito. Congo teve morte imediata. Alan Jorge fugiu e está sendo procurado pela polícia.

Envergonhado

O investigador Amon Jessen, liderança sindical da categoria Polícia Civil, declarou nas redes sociais que lamentava a postura do policial civil Marcelo Pedrosa, que é dependente químico, já tendo sido internado em clínicas especializadas fora do estado para tratamento do vício das drogas, o que ele disse não justificar sua atitude, que envergonhava toda categoria e pediu desculpas à sociedade. Pedrosa já foi acusado de tráfico de drogas na cidade de Rosário e esteve preso por algum tempo no presídio dos policiais civis.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
(X) O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) Debate ( ) Extra	( ) Atos e Fatos ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O quarto poder ( ) Internet / Blog	(X) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros
DATA 22 / 12 / 2016 Página 03		( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

Investigador preso por assaltar idoso deve ser expulso da Polícia Civil

Marcelo Pinto, na companhia de outras duas pessoas, foi detido após praticar o crime no João Paulo; ele já estava afastado das suas funções

LEANDRO SANTOS
Da equipe de **O Estado**

O investigador da Polícia Civil identificado como Marcelo Pinto Pedrosa, de 46 anos, pode ser expulso da corporação. Ele foi detido na companhia de outras duas pessoas, após praticar um assalto na madrugada de ontem, no bairro João Paulo, em São Luís, e apresentado no plantão da Polícia Civil, na Vila Embratel. No distrito policial, apenas Fernanda Martins Almeida Pedrosa, de 36 anos, e Vanderlúcio Diniz Gomes, de 25 anos, comparsas do policial, foram autuados em flagrante pelo delegado Marcelo Fernandes, que decidiu liberar Marcelo Pinto Pedrosa.

As câmeras de videomonitoramento da Secretaria de Segurança flagraram toda a ação. O investigador agiu na companhia de Fernanda Martins e Vanderlúcio Diniz. Eles estavam em um veículo quando abordaram um idoso, levando a sua bolsa e objetos pessoais.

A vítima entrou em contato com uma guarnição da polícia que estava próxima e, após as diligências, o trio de assaltantes foi preso.

Autuação

Ao tomar conhecimento da situação, a Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) ordenou que novas diligências fossem feitas para localizar Marcelo Pinto, uma vez que ele participou diretamente da ação criminosa. No fim da manhã de ontem, ele foi localizado e preso em uma residência no bairro da Alemanha.

Arquivo

Policial Marcelo Pinto Pedrosa, quando era conduzido para a delegacia da Cidade Operária, após ser preso

Na tarde de ontem, ele foi apresentado à imprensa no auditório da Secretaria Estadual de Segurança (SSP), no bairro do Outeiro da Cruz. Marcelo Pinto negou que tenha participado do crime.

O titular da SSP, Jefferson Portela, explicou que o investigador da Polícia Civil vai ficar preso na Delegacia Especial da Cidade Operária, onde ficam os agentes de segurança envolvidos com atos criminosos. Caso seja condenado, ela vai para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, mas ficará em uma cela separada dos outros presos.

Policial teria envolvimento com drogas

O delegado geral de Polícia Civil, Lawrence Melo, repudiou as ações do investigador preso ontem. "Repudiamos a conduta dele, que foi um policial que se tornou um mau exemplo. O policial deve ser um agente público e primar pelas boas ações", disse o delegado.

Marcelo Pinto já estava afastado há cerca de um ano das suas funções da Polícia Civil. Sua última lotação foi na Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI). Ele havia sido preso por força de um mandado de prisão por causa de violência doméstica. O policial ficou detido algum tempo, mas foi liberado. Além disso, o investigador era um dependente químico, o que também contribuiu para ter sido afastado.

Delegado assaltado

Ainda ontem a Polícia Civil iniciou as investigações para encontrar os assaltantes que renderam e roubaram o delegado Daniel de Jesus Costa Brandão. Ele foi abordado por criminosos em frente à sua casa, no bairro do Olho d'Água.

O delegado estava na porta da sua residência, consertando o portão, quando foi abordado por quatro bandidos em um veículo. Eles levaram, além da sua arma de fogo, celulares e outros objetos de dentro do imóvel. Diligências foram feitas para localizar os bandidos, mas até o fechamento desta página ninguém havia sido preso. ●